



# Jornal da APUB

APUB - SINDICATO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - FILIADO AO PROIFES

Nº 32

JUNHO

2010

[www.apub.org.br](http://www.apub.org.br)

## APUB X APUR

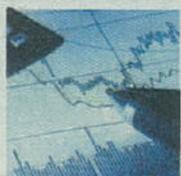
### Qual o sindicato da UFRB?

Docentes devem decidir sua representação



Segurança  
Jurídica

P. 4



Nova tabela  
salarial

P. 10



Comunidade da  
UFBA escolhe  
reitora

P. 12



FIQUE POR DENTRO

## Democracia: o caminho para a mudança

### Editorial

Este número do Jornal da APUB vem dedicado aos professores da UFRB, que, por um lado, acompanham o crescimento e o fortalecimento do Proifes, e, por outro, assistem ao fato de que alguns docentes da UFRB criaram, recentemente, a APUR (Associação dos Professores da Universidade do Recôncavo), que já nasce filiada à Andes. Isso tem gerado um questionamento entre professores que se queixam da falta de uma discussão ampla do assunto com o corpo docente da UFRB.

Os professores desta instituição compreendem que faltam debates que tornem claros os objetivos quanto ao seu pertencimento sindical: a sua saída, ou não, da APUB que é filiada ao Proifes; ou o seu retorno à Andes e sua vinculação ao Conlutas. Este assunto vai ser tratado, aqui, em entrevistas pelos professores Cláudia Lima e Geraldo Costa, que falam sobre a situação atual e a importância do movimento docente na formação do tecido universitário.

Neste sentido, é possível lembrar a expressiva participação dos professores da UFRB no plebiscito que decidiu a nossa saída da Andes, em 2009. Uma comprovação do interesse de 70,9% dos docentes votantes daquela Universidade. Eles decidiram ficar na APUB e no Proifes, até que um novo debate se estabeleça e outras decisões da categoria possam vir a ser tomadas depois de um processo prévio, amplo, coletivo e democrático de discussão.

Nesta edição, lembramos as conquistas do Proifes, apresentadas pelo seu Presidente, Prof. Gil Vicente, que, em seis anos, vem conseguindo ampliar as negociações sobre carreira docente das IFES; correções salariais acima da inflação; reivindicação



da segurança jurídica dos direitos dos servidores públicos e participação nas Mesas de Negociação junto ao MPOG, além de abrir caminhos para a criação da Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores das Universidades Públicas Federais. Tão grande é a atuação do Proifes que ele já conta com o apoio de mais de 23 mil professores e vem crescendo com as novas filiações da ADUFC e da ADURN, decisões sempre plebiscitárias.

Trazemos, também, neste número, as tabelas salariais, que entrarão em vigência a partir de julho próximo e esclarecimentos sobre os efeitos do Mandado de Injunção 880, entre outros textos.

Enfim, a APUB convida todos os professores da UFRB para que, através de um processo participativo, seja possível estabelecer os caminhos do sindicato dessa Universidade, com tempo e movimento que contemplem a vontade da maioria desses professores, porque acredita ser o debate o meio mais democrático para mudanças. Boa leitura!

Diretoria da APUB

APUB  
Sindicato dos Professores  
Universitários da Bahia

Presidente  
Israel de Oliveira Pinheiro  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas

Vice-presidente  
Eloisa Santos Pinto  
Instituto Federal da Bahia

Secretária Geral  
Elizabeth Aparecida Bittencourt  
Faculdade de Educação

Diretora Financeira  
Elena Rodrigues dos Santos  
Escola de Música

Diretor Administrativo  
Ademário Galvão Spínola  
Instituto de Saúde Coletiva

Diretora de Relações Sindicais  
Edva Maria G. Barretto de Carvalho  
Escola de Dança

Diretor Acadêmico  
João Augusto de Lima Rocha  
Escola Politécnica

Diretora Cultural  
Eloísa Leite Domenici  
Instituto de Humanidades,  
Artes e Ciências

Diretor Social  
José Neander Silva Abreu  
Centro de Ciências da Saúde (UFRB)

Diretora de Comunicação  
Nanci Santos Novais  
Escola de Belas Artes

Diretora de 1º e 2º graus  
Leopoldina Cachoeira Menezes  
Instituto de Matemática

Suplente  
Margaritta Regina Gomes Lamêgho  
Instituto de Ciências da Saúde

### Expediente

Jornal da APUB  
Informativo mensal do Sindicato dos  
Professores Universitários da Bahia.

Diretora de Comunicação  
Nanci Novais

Organização  
Elizabeth Bittencourt

Jornalista  
Márcia Helena Macedo (DRT 2665-BA)

Diagramação e Projeto Gráfico  
Carlos Vilmar

Impressão  
Jornal A Tarde - 3 mil exemplares

Redação  
Rua Padre Feijó, 49 - Canela  
Salvador - BA - Brasil - 40110-170  
apub@apub.org.br  
www.apub.org.br

Telefax: 71 3235-7433 / 3235-7286

# Proifes: o novo tempo do movimento docente



Por Gil Vicente Reis de Figueiredo\*

## A consolidação do PROIFES

Os meses recentes têm mostrado uma aceleração da expansão do PROIFES, tendência que se tornou mais clara a partir da concretização dos acordos assinados pela entidade em 2007 e 2008, que mostraram a capacidade da entidade de negociar em defesa dos professores das IFES. Foram conquistadas várias reivindicações históricas da categoria e houve reposição salarial acima da inflação, sendo que o último aumento dentre os previstos pelos acordos ocorre agora em julho de 2010. Acredita-se que outras adesões virão, visto que a grande maioria dos colegas se cansou do grevismo permanente e inconsequente, que buscava o confronto com quaisquer governos e a qualquer preço como forma de afirmar determinados interesses político partidários, em detrimento das questões realmente afetas aos docentes.

O crescimento do PROIFES é, assim, um reconhecimento de sua decisiva atuação, pautada pela disposição ao diálogo e à negociação, com competência, e centrada em assuntos que de fato dizem respeito às atividades acadêmicas e às condições de trabalho e salariais de nossos colegas das universidades públicas federais.

## As raízes e as razões objetivas do fortalecimento do PROIFES.

O esgotamento do projeto sindical centralista e autoritário outrora em curso e hoje em claro processo de decomposição levou à fundação do PROIFES, em outubro de 2004, e de lá para cá o novo movimento docente, assim organizado, obteve muitas conquistas.

Já em 2005/2006, conseguimos criar a classe de associado, aumentar os percentuais de incentivo à titulação e reduzir a diferença entre a GED de ativos e aposentados. Em 2007/2008 foi possível assinar acordos muito positivos, com recomposição salarial importante, fim da gratificação produtivista GED, isonomia entre docentes do ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico, paridade entre ativos e aposentados e incorporação da GAE.

Durante os três últimos anos, temos participado do GT de Negociação Coletiva, juntamente com muitas outras entidades de servidores públicos federais (SPFs). Somos a única entidade que, nesse GT, representa os professores do ensino superior federal. A idéia é que o GT, que foi instituído pelo MPOG, envie para o Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL) pactuado entre o Executivo e essa

Bancada Sindical, PL esse que definirá a obrigação do Estado de negociar com seus servidores e criará o Sistema Nacional de Negociação Coletiva. O trabalho tem avançado bastante. Em particular, uma vitória importante foi o envio pelo Governo para o Congresso Nacional - que a sancionou - da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que lança as bases para um novo relacionamento entre Estado e trabalhadores do setor público, sublinhando a negociação como fundamento para a resolução de conflitos.

Temos discutido também o novo Plano Nacional de Educação, para o qual lançamos propostas de desenvolvimento da educação em todos os níveis de ensino, tendo o PROIFES participado ativamente da Conferência Nacional de Educação, a CONAE - novamente, como única entidade representativa dos professores do ensino superior público federal.

Organizamos diversos Seminários, especificamente sobre questões relativas a aposentados, temas correlatos a professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), previdência complementar e muitos outros.

Por iniciativa do PROIFES realizou-se na Câmara dos Deputados uma Audiência Pública sobre a Segurança Jurídica dos servidores, que, ao pautar um tema de interesse central para as relações entre estes e o Estado, despertou enorme interesse, não só entre os professores mobilizados pelo PROIFES, que lotaram a sala de audiências, como também entre os parlamentares. Assim, temos a expectativa de que essa nossa iniciativa possa ter conseqüências importantes, com a aprovação, dentre outros, de projetos de lei que visem regulamentar a ação de instituições como o TCU e a AGU, que têm exorbitado em sua atuação, em prejuízo dos servidores.

Além disso, o PROIFES já promoveu, ao longo dos anos, muitas manifestações públicas de peso, diversas das quais no Congresso Nacional - como ocorreu em maio de 2006, para exigir o cumprimento de acordos pactuados.

Temos encaminhado, também, a solução dos mais variados problemas pontuais - desde o debate sobre como aperfeiçoar o REUNI, com a apresentação de diversas críticas construtivas (algumas delas bastante incisivas), até questões de enquadramento e de progressão dos docentes de EBTT, por exemplo.

Atualmente, estamos participando das discussões sobre a nova Carreira Docente. O PROIFES apresentou proposta ao Governo já em maio do ano passado, mas até o momento não tem havido efetiva disposição para o diálogo por parte dos interlocutores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - o que esperamos possa ser em breve quebrado pelas

incontáveis gestões que vimos fazendo, inclusive junto a parlamentares do Congresso Nacional.

## A nova organização sindical

Nesse contexto de franca ascensão, vale destacar duas questões distintas.

Uma diz respeito à discussão da territorialidade dos novos sindicatos que vêm sendo fundados. Em São Carlos, Araras e Sorocaba, por exemplo, optamos pela criação de uma entidade intermunicipal, abrangendo esses três municípios e, portanto, todos os docentes da UFSCar. Já em Santa Catarina, os colegas preferiram fundar um Sindicato Estadual, que representará professores do ensino público superior federal, por conseguinte, em todo o Estado de Santa Catarina. Como vemos, pois, diferentes realidades podem gerar diferentes soluções. O que não pode é deixar de haver, sempre, um amplo debate, fundamental para que essas definições levem em consideração as diversas características de cada caso e ocorram de forma transparente. A segunda questão se refere à transformação do PROIFES em uma Federação de Sindicatos. Várias das entidades filiadas ou parceiras já pediram seu registro sindical e tudo indica que serão concedidos, posto que a Constituição Federal determina, nesses casos, a prevalência de decisões de caráter local, tomadas por trabalhadores em seus Municípios e Estados, no que concerne ao direito de livre e autônoma organização sindical. Desse ponto de vista, tentativas de reativação de antigas 'seções sindicais' (ou da criação de novas), dentro da velha ótica ultrapassada, configuram um anacronismo total.

## Construindo o futuro do movimento docente - desafios imediatos

A transformação do PROIFES em Federação é, pois, um passo decisivo na direção de estabelecer uma nova dinâmica sindical que respeite de forma integral a autonomia política, financeira e administrativa de cada entidade federada.

Nessa perspectiva, uma questão central se coloca no presente momento: será fundamental dotar essa Federação de um Estatuto que aponte para um novo paradigma de organização sindical, garantindo-se a autonomia das entidades federadas e, ao mesmo tempo, possibilitando-se sua ação conjunta, integrada, plural e, sobretudo, democrática, em torno de eixos comuns e em defesa especificamente dos professores do ensino superior público federal, de suas instituições e de uma educação de qualidade para o nosso país, essencial para o desenvolvimento econômico, científico, cultural e social do Brasil.

\*Professor Associado da UFSCar e Presidente do PROIFES

# Segurança Jurídica já!

Por Elizabeth Bittencourt\*

A insegurança jurídica que os servidores públicos vivenciam provoca um desalento, que precisa ser combatida e novas formas de atuação possam reaquecer a luta pelos direitos trabalhistas e pela cidadania no serviço público deste país.

Partindo da isonomia salarial conquistada em 1987, já o próprio governo Sarney iniciou os ataques aos salários do funcionalismo, num processo que vem se agravando ano a ano. O poder Executivo reduz os salários, o Legislativo endossa e o Judiciário lava as mãos. Até a paridade salarial do aposentado com o ativo caiu para aqueles que ingressaram após 2005 no serviço público.

Entre os docentes, alguns ganhos jurídicos de planos econômicos que vinham sendo pagos há anos, foram suspensos. Esses planos e recomposições judiciais valem pra alguns, mas não vale para todos. A coisa julgada e o direito adquirido são desautorizados, assim como as garantias da aposentadoria no serviço público. Ganha-se na Justiça, mas não se leva o produto, porque não se executa a sentença.

Por isso, o PROIFES promoveu uma Audiência Pública, em 25 de maio passado, em parceria com a deputada Fátima Bezerra (PT-RN), da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados Federais, que contou com representantes da CUT, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Advocacia Geral da União (AGU) e juristas convidados pelo PROIFES, Dr. Siqueira Neto e o Dr. André Ramos Tavares. Debateram com professores, técnicos e representantes de 23 sindicatos e associações dos servidores públicos sobre os temas: 1) Segurança Jurídica nos Direitos e supressão de ganhos judiciais; e, 2) Segurança Jurídica dos Servidores, o princípio da coisa julgada: Controle da Legalidade dos atos administrativos e a Segurança Jurídica.

Compreendeu-se que a segurança jurídica é a garantia de que a regra do jogo vale conforme o estabelecido e que o resultado será cumprido. Ao contrário, assiste-se a relativização da coisa julgada, ficando os servidores expostos às

diferenças de tratamento quando o interesse é do trabalhador ou do Estado.

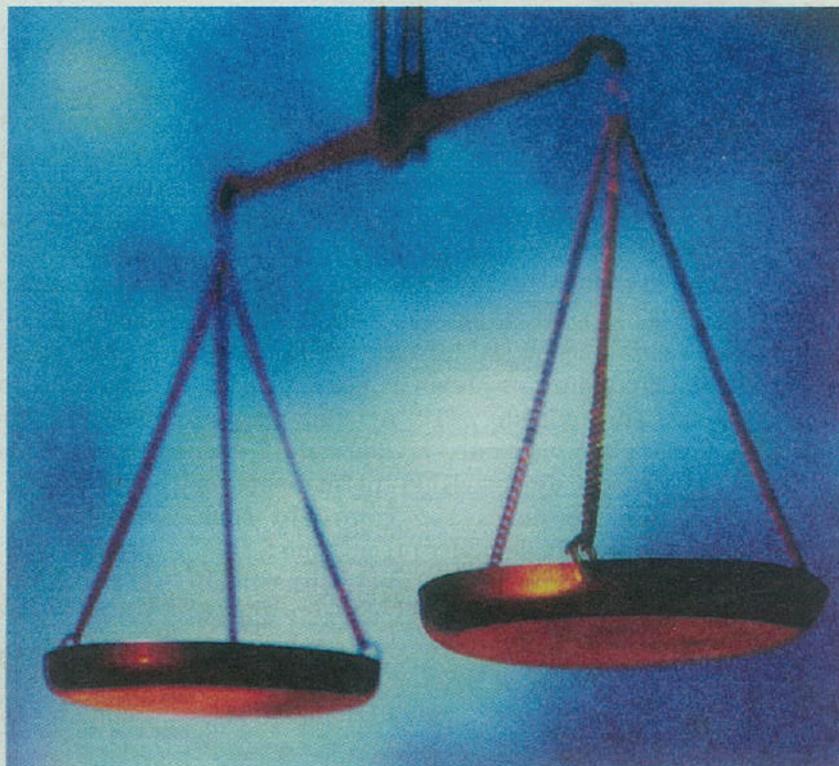
O controle da legalidade dos atos administrativos e a segurança jurídica foi objeto de análise do representante da Advocacia Geral da União (AGU), justificando que seu foco é a política de RH (Recursos Humanos). Pretende esse órgão padronizar, uniformizar as mesmas regras no serviço público, em todo o país.

O descompasso entre os servidores públicos e a efetividade do direito comprova que o Estado democrático de direito está sendo lesado. A orientação única confronta com a autonomia universitária. A UFSC pagava administrativamente a URP, que foi cortada por deliberação da AGU. Onde ficou a autonomia?

As distorções frente aos direitos que deveriam ser reconhecidos, os ativos trabalhistas e as perdas dos planos econômicos, comprovam o descompromisso do setor público no trato com seu servidor. Analisou-se o descrédito de muitos participantes na Justiça brasileira e a competência das leis que deveriam proteger o servidor público.

Precisamos urgentemente de um novo ordenamento que seja justo com os servidores. Temos que lutar contra a precarização da aposentadoria, que quando concedida volte a ser ato administrativo perfeito, pleno, que não pode ser refeito e nem desfeito, porque não é um ato precário. Atos ilegais necessitam ser revistos, assim como modificações na orientação da AGU e o respeito à Autonomia Universitária.

Concluiu-se haver possibilidades técnicas dessa desconstituição, onde prevaleçam as regras e os limites do bom senso, com trabalho e manifestações conjuntas da Comissão de Legislação Participativa e da



Comissão de Justiça. Erros do TCU e do MPOG que, por exemplo, interpretam o Mandado de Injunção 880 restringindo o direito decidido pelo próprio Poder Judiciário, precisam ser evitados.

A recomendação do Dr. Siqueira Neto é que as vítimas devam mapear os problemas e organizar debates para apresentar o diagnóstico e formalizar propostas de soluções.

Concordou-se, ao final, em constituir um grupo de trabalho para fazer um amplo levantamento dos problemas jurídicos que afetam as Universidades Públicas Federais. Parlamentares se comprometeram a apresentar projeto de Lei sobre o tempo de homologação de aposentadoria do servidor público.

Aprovou-se também a criação de uma Comissão para que, articulando servidores, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário busquem encontrar propostas que possam superar tais problemas que prejudicam, cada vez mais, os direitos adquiridos dos servidores públicos federais. Temos, portanto, muito que fazer para poder vir a ter a Segurança Jurídica que merecemos. Mãos à obra!

\*Secretária Geral da APUB

# Contagem de Tempo Especial para Aposentadoria

## Considerações a respeito da aplicação e efeitos do Mandado de Injunção 880

Notando a necessidade de prestar novos esclarecimentos aos docentes a respeito dos efeitos do Mandado de Injunção nº 880, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inércia dos Poderes Executivo e Legislativo em promulgar lei ou dispositivo determinando critérios especiais de aposentadoria para os servidores sujeitos a agentes nocivos à saúde ou à integridade física, apresentamos o presente ensaio sob forma de cartilha para orientação e divulgação perante a categoria.

É importante deixar claro que a decisão proferida no Mandado de Injunção comporta diversas interpretações, conforme o intérprete tenha interesse em alargar o direito reconhecido em favor dos servidores ou reduzi-lo, o que de saída nos deixa deveras preocupado diante do viés nitidamente fazendário imposto pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Planejamento (MPOG) na aplicação de políticas em recursos humanos, ou, ainda, na simples interpretação dos dispositivos que regem o regime jurídico dos servidores. Buscamos a interpretação mais ampla possível dentro de critérios razoáveis, considerando os anseios da categoria, de modo a chegar à conclusão que, a nosso ver, o STF pretendeu dar ao assunto.

Sob esse prisma, concluímos que a decisão alcança não só a contagem especial de tempo de serviço – referente aos períodos anteriores a dezembro de 1990 – mas também o direito à aposentadoria especial de per se, a partir do exercício ininterrupto de 25 anos de serviço nestas condições. Assim, temos que ao mandar aplicar o artigo 57, da Lei nº 8.213/1991, o STF na prática estabeleceu que o direito em questão se materializa sob duas formas:

- Após período de labor de pelo menos 25, 20 ou 15 anos sujeito à ação de agentes nocivos à saúde ou à integridade física de forma permanente, não ocasional nem intermitente, o servidor tem o direito de se aposentar após o transcurso destes 25, 20 ou 15 anos, os quais dependem do grau de lesividade dos agentes envolvidos na atividade profissional, conforme tabelas regidas por esta lei;

- Entretanto, se ao longo da vida profissional o servidor não houver atuado de forma permanente – ou seja, ocasional ou intermitente – pelo tempo mínimo exigido para a respectiva aposentadoria especial, a aposentadoria poderá contar os períodos em que esteve sujeito a estas atividades com um determinado acréscimo legal, levando este período e seu acréscimo a ser somado ao tempo de trabalho comum, com fulcro a completar a exigência de tempo de serviço mínimo para a aposentadoria, sendo 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres.

**No caso específico dos docentes das IFES, a Superintendência de Pessoal (SPE) da UFBA já reconhece a necessidade de aplicação do Mandado de Injunção aos servidores aposentados ou pré-aposentáveis, contudo informa “aguardar orientações do MPOG”**

O que o STF realizou ao decidir o Mandado de Injunção em tela foi colocar no lugar da lacuna legal a Lei nº 8.213/1991, de modo que aqueles que se virem diante da situação ali descrita possam exigir a sua aplicação no caso concreto – a contagem do tempo especial de aposentadoria. Assim, para que o direito em questão seja exigível perante a Administração Pública, será necessário que o servidor o requeira administrativamente e, diante de eventual indeferimento ou omissão administrativa, vá a juízo pleitear ordem judicial que obrigue a Administração a observar o que foi decidido pelo STF.

No caso específico dos docentes das IFES, a Superintendência de Pessoal (SPE) da UFBA já reconhece a necessidade de aplicação do Mandado de Injunção aos servidores aposentados ou pré-aposentáveis, contudo informa “aguardar orientações do MPOG” sob a implementação definitiva dos critérios ali apostos, o que merece atenção sobre qual interpretação do dispositivo judicial será empregada pelo ministério aos seus tutelados.

Ao formalizar a contagem especial de tempo de aposentadoria, o servidor precisa primeiro identificar em qual categoria ele se enquadra. Aos ativos, cujo objetivo seja apenas a averbação do respectivo período em que atuou sujeito à ação de agentes nocivos à saúde ou à integridade física, com o respectivo acréscimo de 40%, se do sexo masculino, ou de 20%, se do sexo feminino, ou o reconhecimento de que já completou mais de 25 anos ininterruptos nesta condição, sem gerar a imediata aposentadoria, bem assim como o pagamento do abono de permanência respectivo.

O segundo caso destina-se aos servidores ainda em atividade, cujo objetivo seja ver concedida a aposentadoria especial, mediante o reconhecimento de que atua-

ram pelo mínimo de 25 anos ininterruptos sujeito à ação de agentes nocivos à saúde ou à integridade física, bem assim a revisão da data em que teriam implementado o direito ao abono de permanência, com eventual pagamento de valores remanescentes. Há ainda a possibilidade de destinar-se aos servidores ainda em atividade, cujo objetivo seja ver averbados os períodos laborais prestados sob a ação dos agentes nocivos em períodos inferiores a 25 anos, com o acréscimo previsto em lei, e concedida a aposentadoria respectiva, bem assim a revisão da data em que teriam implementado o direito ao abono de permanência, com eventual pagamento de valores remanescentes.

A terceira hipótese remete-se aos aposentados, cujo objetivo seja rever o ato de aposentadoria mediante o reconhecimento de que atuou pelo mínimo de 25 anos ininterruptos sujeito à ação de agentes nocivos à saúde ou à integridade física, ou, caso contrário, a conversão dos períodos de trabalho exercidos sob essas condições, com o devido acréscimo legal, bem assim a revisão da data em que teria direito ao abono de permanência, com eventual pagamento de valores remanescentes.

Finalmente, os pensionistas poderão requerer a correção da pensão, conforme a situação do instituidor deste. Para estes casos, porém, recomendamos que procurem orientação jurídica específica em nossos plantões.

Antes de tudo, é imperioso salientar que, nos casos de revisão de aposentadorias teremos que enfrentar, antes de mais nada, a jurisprudência consolidada acerca da prescrição em 5 anos, contados da data em que foram elas concedidas. Já em relação às aposentadorias concedidas há mais de 5 anos, sugerimos a aplicação de orientações normativas e notas técnicas favoráveis à renúncia à prescrição em relação tanto ao período anterior a 11.12.1990 como ao posterior, haja vista que esta renúncia não poderia ser parcial. Sustentamos ainda que o próprio direito à aposentadoria especial, apesar de constar da Constituição, não era exercido em face da ausência de norma legal, revelando-se como direito novo cujo reconhecimento se deu com a decisão do Mandado de Injunção, de modo que o prazo prescricional, nesta hipótese, deveria ser contado a partir do trânsito em julgado do mesmo.

Pablo Patterson  
Assessoria Jurídica da APUB  
assessoriajuridica@apub.org.br  
Patterson Patterson Advogados Associados

# Entrevistas

Prof. Geraldo Costa



Engenheiro Agrônomo, pela antiga Escola de Agronomia da UFBA, em Cruz das Almas, e Mestre pela Escola de Administração da UFBA, o professor Geraldo Sampaio Costa é Adjunto IV do corpo docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Seu currículo é extenso e inclui importantes atuações na diretoria da APUB, em gestões distintas; representações no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia (Crea-BA), no Sindicato dos Engenheiros da Bahia (Senge-BA). De 2006 a 2007, foi diretor Pró-tempore do Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL/UFRB e, atualmente, é assessor especial para projetos estratégicos da Reitoria da UFRB.

O professor Geraldo Costa iniciou sua trajetória como sindicalista no início da década de 80, sendo a segunda pessoa da então Escola de Agronomia da UFBA a se filiar à APUB. Foi indicado, como observador, ao Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em 1983, em Recife (PE), que aprovou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O professor também esteve, em 1981, presente no Congresso que criou a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (a Andes), que, em 1988, se tornou o Sindicato das Instituições de Ensino Superior (o Andes-Sind). Esteve em São Paulo, na assembleia de criação do Sindicato de Professores de Instituições de Ensino Superior (Proifes-Sindicato); e por fim, também presenciou a ocasião em que, em assembleia, a APUB referendou o plebiscito de desfiliação do Andes-Sind no início de 2010.

**JA: Como o Sr. considera a criação da APUR?**

**GC:** A APUB representa os professores das instituições federais de ensino superior da Bahia, mas quando se cria a APUR (Associação dos Professores da Universidade do Recôncavo), acontece uma cisão na categoria. Isto não significa problema algum, desde que os professores estejam esclarecidos, informados e cientificados para fazerem as suas escolhas conscientes do que cada uma delas representa. Quando a gente estava ainda na antiga Escola de Agronomia, com 74 professores, fizemos um abaixo-assinado em 2004, e 45 deles se posicionaram favoráveis à continuidade da APUB, como representação sindical, até que o corpo docente da UFRB fosse constituído e, em conjunto, tomasse essa decisão de criar uma entidade, um sindicato da UFRB. A lei, que criou a Universidade, preconizava, um total em torno de 460 docentes (e mais os outros oriundos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni). Como poucos podem tomar esta decisão? Este é um discurso que inquieta as pessoas, porque um pequeno grupo de professores tentou se antecipar e criar a APUR, antes de debater com os próprios interessados.

**JA: Quais fatores deveriam ser levados em consideração neste momento: a maturidade de uma instituição nova e a discussão entre os professores?**

**GC:** Idade e maturidade são relativas. A instituição é nova, mas quanto aos professores, há antigos e novos. A questão é outra. Hoje, o corpo docente está, praticamente, constituído, ainda com perspectivas de ampliação. Os professores devem decidir espontaneamente qual o caminho que eles realmente querem seguir. E isto não foi feito pela APUR. A UFRB tem condições de discutir, em assembleia, a criação do Sindicato. Na última assembleia da APUB, que referendou o plebiscito sobre a saída do Andes, ficou claro que, agora, a UFRB já tem seu quadro de docentes, quase todo composto, e já é possível fundar uma entidade local. Esta questão, inclusive, foi colocada por representantes da diretoria provisória da APUR nessa mesma assembleia. Na ocasião, pediram para eu me manifestar, e falei, agora, com o corpo docente formado, estaria na hora de começar uma discussão na UFRB, e através de um plebiscito, os docentes seriam consultados sobre a pertinência, ou não, de se manterem filiados à APUB. Na assembleia, defendi que o esforço da APUB em levar a discussão para os professores da UFRB, deve juntar-se ao da APUR, para contribuir com que os professores decidam esclarecidos.

**JA: Como o Sr compreende o fato da APUR nascer dentro do Andes? Os professores estão assimilando este fato?**

**GC:** O corpo docente da UFRB não tem os elementos de informação suficientes e necessários para tomar esta decisão com muita clareza e política sindical institucional. Muitos professores e lideranças e, hoje, muitas Associações Docentes (ADs) já não se sentem mais representadas pelo Andes, inclusive eu, que me filiei ao Proifes, desde o plebiscito em junho de 2009. Na última assembleia da APUB, que participei, no Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB/UFRB), percebi que as pessoas não entendem, sequer, o jogo semântico "do Andes" e "da Andes". O quadro que se coloca hoje, sobre a questão sindical, no corpo docente da UFRB é muito confuso. Há docentes que se sentem representados pela APUB, outros pela APUR, e ainda aqueles que não se sentem representados nem por uma, nem por outra.

**JA: Como ficarão os professores que estão na APUB e são, teoricamente, contrários à APUR?**

**GC:** Mesmo que os professores, que hoje estão na APUB, desejassem se filiar ao Andes, não poderiam, porque, se eles estão na APUB, eles estão filiados ao Proifes, e se o professor for para a APUR, ele vai estar filiado ao Andes e à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Não sei como vai ficar, mas eu quero uma entidade que me represente. Enquanto a Andes me representou, eu fiz passeata, greve, e abraço simbólico à Reitoria. Hoje, no entanto, ela não representa os meus anseios. Estou acreditando em uma outra vertente que é o Proifes, que, inclusive, é um Sindicato só de Professores de

Instituições Federais de Ensino Superior. Quando a Andes chamava greve, você tinha várias categorias de trabalhadores juntas. Era um sindicato muito mais focado no resultado. Hoje, já são próximo de 23 mil sindicalizados, no Brasil, alinhados na construção do Proifes, incluindo a APUB, com seus 2.800 associados. Esta realidade foi expressa no plebiscito, a partir de mais de 90% dos votantes favoráveis à saída do Andes. Este número já dá um indicativo de que um grande número de professores das grandes associações dos docentes de ensino superior do Brasil estão seguindo a linha do Proifes.

**JA: E quem é o Sindicato dos docentes da UFRB neste momento?**

**GC:** Teoricamente, aquele que teria o maior número de filiados teria o direito de ser o representante; mas não há controle das pessoas que se filiaram à APUR e pediram descredenciamento da APUB. Segundo a diretoria da APUR, o seu corpo de filiados é composto por 60 filiados. Sou filiado à APUB e se eu tiver alguma queixa judicial, eu vou recorrer ao meu sindicato que é a APUB. Isto até que o corpo docente da UFRB se decida, e quando isto acontecer, eles vão ter que decidir se é a APUB ou APUR, Proifes ou Andes, CUT ou Conlutas. Eu participei de inúmeras discussões em Brasília e a melhor definição, para o momento é a do professor e deputado Emiliano José, ou seja, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é o responsável pela emissão dos registros sindicais, mas, atualmente, a lei não responde mais às vontades das bases. Por exemplo, você tem o Andes e o Proifes, com seus filiados. O Proifes, como Fórum, mas o pessoal do Andes se queixa de que o Proifes está tirando base do território que já domina; mas eles não se lembram de quando a Andes foi criada, ela tirou base sindical do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sinasef), de todos os servidores públicos federais.

**JA: Que diferenças podem resultar, para os professores, serem filiados à APUB ou à APUR?**

**GC:** Acontece que a APUB é um sindicato, com todas as prerrogativas deste direito, ou seja, de representar a categoria docente do estado da Bahia, enquanto que a APUR é uma seção sindical do Andes, um sindicato nacional com sede em Brasília. Além disto, a APUB integra o Proifes, que caminha rumo à Federação dos Sindicatos dos Professores das Universidades Públicas Federais; enquanto que a APUR é uma seção do Sindicato Nacional que representa professores das Universidades: federais, estaduais, municipais, confessionais e privadas. A APUB, assim como o Proifes, é exclusiva das Instituições Públicas Federais. Ao se filiar à APUB, o professor tem o direito de escolher se quer também se filiar ao APUB Saúde.



## Profa. Claudia Feio Lima

Mestre em Enfermagem, pela UFBA, Claudia Feio da Maia Lima é professora assistente da Universidade Federal do

Recôncavo da Bahia (UFRB) e representante da APUB, no Centro de Ciências da Saúde (CCS), em Santo Antônio de Jesus, onde já participou também, em 2007, como coordenadora de colegiado, sendo membro também de Conselhos e Comissões do Centro. É responsável ainda pela coordenação do Grupo de Extensão e Pesquisa para o Envelhecimento Saudável (Gepes), membro da Câmara Técnica de Ensino e Pesquisa do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (COREN-BA) e desenvolve trabalhos de pesquisa focados na Saúde do Idoso; Doença de Alzheimer, Enfermagem Social, sexualidade.

**JA: No processo de criação da APUR, alguns professores criticaram a inexistência de um diálogo entre este novo Sindicato e o corpo docente da UFRB. Como a Sr<sup>a</sup> vê esta questão?**

**CF:** Bom, como docente do CCS, vejo a aparição da APUR quase como uma surpresa, entendendo que, em momento remoto, os envolvidos com esse propósito tentaram, de maneira pouco expressiva, fazer surgir uma associação de professores da UFRB. Após uma tentativa não bem sucedida, não mais tive conhecimento de ações desta natureza por parte dos envolvidos. Há pouco tempo, estive presente, como docente interessada pelas questões sindicais e pela representação que faço da APUB no CCS, na assembleia que aprovou o novo Estatuto da APUB-Sindicato, e fui surpreendida com o pedido de não inclusão da UFRB em tal documento por já estar em trâmite final o reconhecimento da APUR. O que seria mais indicado, pois a UFRB é uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada à distância de Salvador, que demanda por mais atenção do sindicato, no caso, da APUB.

Independente da avaliação do funcionamento sindical, direito inerente aos sindicalizados, a proposta ali lançada, a meu ver, não expressava a voz da coletividade. A APUR não esteve no CCS para discussão da importância e necessidade de criação de entidade representativa, nem ao menos propôs este diálogo no momento atual. Houve, apenas, um contato breve quanto a um possível encontro para discussão das condições gerais de trabalho na UFRB, o que depois não mais tive notícias.

Atualmente, após criação e registro da APUR, recebemos membros de sua composição no CCS para discussão dos seus propósitos, importância de filiação e levantamento de questões quanto a APUB, a exemplo de diálogo e representação efe-

tiva. Por que a comunicação depois de fundada? Cabe, aqui, ressaltar que todo processo, em qual instância seja, é simbólico e valioso, quando democrático, construído sob alicerces sociais e políticos, respeitoso à coletividade e à ética.

**JA: Há notícias de que representantes da APUR têm falado aos professores da UFRB que este novo Sindicato tem a aprovação da Reitoria, apesar do fortalecimento do processo sindical ser feito com o apoio da categoria. Por favor, comente.**

**CF:** A minha percepção quanto às colocações da APUR é de que as ações que vêm sendo desenvolvidas são de conhecimento e aprovação da Reitoria, mas não tão assim para os docentes da UFRB, pelo menos para os locados no CCS, que devem ser os verdadeiros atores sindicais.

**JA: Alguns professores do Centro relatam que representantes da APUR estão disseminando que a representação sindical da UFRB deixou de ser a APUB, quando é do conhecimento de todos que os dois sindicatos coexistem. Como seria possível esclarecer este assunto entre os professores?**

**CF:** Tenho ouvido, realmente, alguns professores, que, inclusive, são filiados à APUB, comentarem que aos corredores têm ouvido falar que a APUB não representa mais os docentes na UFRB. Ao me procurarem, por conta da representação APUB no CCS, digo que, formalmente, não houve qualquer mudança, e que a minha representação sindical é APUB, assim como é de todos que se filiaram nela. Isto independe do surgimento da APUR ou de qualquer outra denominação. A filiação à APUB ou à APUR é livre, é uma decisão pessoal e que deve estar imbuída, de certa forma, por uma mínima visão política de movimento e exercício sindical.

**JA: A Sr<sup>a</sup> é representante da APUB no Centro. Como se dá a ação deste Sindicato no local? O que é necessário melhorar?**

**CF:** A APUB tem sido parceira dos docentes do CCS nas questões que lhe concernem. Mesmo entendendo que ainda há o que se ampliar nessa representação, e crendo que a distância é um dos entraves para isso, avalio como positiva e crescente o seu trabalho neste centro, e espero que possamos ter uma seção sua mais próxima, interiorizada.

Vejo, hoje, uma necessidade veemente de se discutir carreira docente e sensibilização docente para as questões políticas e sindicais, como forma de fortalecimento da categoria na busca de seus direitos e de melhores condições gerais de trabalho.

**Há pouco tempo, estive presente, como docente interessada pelas questões sindicais e pela representação que faço da APUB no CCS, na assembleia que aprovou o novo Estatuto da APUB -Sindicato, e fui surpreendida com o pedido de não inclusão da UFRB em tal documento por já estar em trâmite final o reconhecimento da APUR**



Joviniano S. de  
Carvalho Neto

## APUB Saúde – Direito à resposta e à verdade

O artigo "ANS e APUB Saúde - situação do Plano de Saúde APUB", publicado pela professora Elizabeth Bittencourt no Jornal da APUB 31, nos obriga a uma resposta por três motivos:

1. Contem acusação falsa contra a gestão que presidimos. Rebater o que consideramos um crime contra a honra, nossa e de nossos colegas de diretoria, e restabelecer a verdade é algo que consideramos um dever;
2. Apresenta de forma incorreta e parcial informações e opinião que poderiam levar os leitores a equívocos e prejudicar o próprio funcionamento e existência do APUB – Saúde;
3. Todos nós, professores, temos direito a uma versão equilibrada e verdadeira dos fatos.

Foi por isso que, como associado da APUB e cidadão brasileiro, solicitei direito de resposta com artigo no mesmo espaço utilizado pela citada professora.

**Em 2007, primeiro ano da nossa gestão, não houve déficit. O saldo positivo do balanço receita X despesas foi de R\$ 1.161.621,20.**

### Como R\$ 1 milhão de saldo foi transformado em "acúmulo de dívidas"?

Ao pretender fazer um "histórico", a professora Elizabeth afirma que: "O Plano de Saúde APUB tem vários problemas que foram enfrentados corajosamente pelas diretorias, que sucederam, em muitas tentativas de soluções. A gestão da professora Cláudia Miranda, por exemplo, realizou 13 assembleias para aprovar um Plano de Recuperação Financeira e mudanças em seu Estatuto/Regimento. A gestão seguinte, presidida pelo professor Joviniano Neto acumulou dívidas, arcadas pela atual diretoria. Essa, presidida pelo professor Israel Pinheiro, aprovou um rateio que vem diminuindo a dívida principal do APUB Saúde. Foi quando, a ANS chegou à APUB (09/11/2009) e desequilibrou totalmente o Plano".

Mas a verdade é:

A gestão da professora Cláudia Miranda, da qual participamos como Vice-Presidente, encontrou débito grande e crescente, falta de sistema adequado de acompanhamento financeiro e ausência de reservas. Depois de oito meses de democrática discussão, conseguiu modificar o Regulamento do Plano (e não Estatuto/Regimento, como escreve a articulista), aprovar rateio de despesas (taxa extra) e iniciar a constituição de reservas.

Na mesma gestão, uma comissão selecionou, depois de avaliar mais de cem currículos, um administrador com experiência na negociação com hospitais e clínicas; implantou-se novo sistema financeiro para a APUB e um con-

trole duplo para o APUB Saúde: mensalmente, a diretoria recebia quadros do Administrador do Plano com as despesas assistenciais e do setor financeiro e as totais (assistenciais + administrativas). Elaborou, também, diagnóstico e Plano de Recuperação, enviado à ANS.

O resultado; interrompemos a "bola de neve" do crescimento do déficit. Vamos aos números:

Em fins de 2005 o déficit ainda foi de R\$ 1.452.044,30.

Em 2006, o déficit era R\$ 496.334,93. Na nossa gestão, continuamos executando o Plano de Recuperação e, quando ele foi rejeitado pela ANS, que exigia garantias maiores, enviamos um diretor e o gerente financeiro para negociar e apresentamos novo plano, no qual acrescentávamos novas medidas ao lado das já existentes.

Em 2007, primeiro ano da nossa gestão, não houve déficit. O saldo positivo do balanço receita X despesas foi de R\$ 1.161.621,20.

Em 2008, o déficit foi de R\$ 133.683,13 - menos de um por cento das receitas (0,96%). Este déficit decorreu do seguinte: diante da evolução das despesas, que indicavam possibilidade de déficit, nossa posição, referendada por Assembleia Geral, foi de não aprovar a criação de taxa extra e só aplicar o índice de reajuste anual, recomendado pela ANS, para vigorar a partir de outubro, considerando que o reajuste dos professores só ocorreria no primeiro semestre de 2009, quando se poderia voltar a discutir a questão.

Uma simples conta, R\$1.161.621,20 positivo menos R\$ 133.683,13 negativos, mostra que o saldo positivo, na nossa gestão, foi de R\$ 1.022.938,07.

### APUB – SAÚDE SITUAÇÃO FINANCEIRA RECEITAS E DESPESAS 2005-2009

ANO	RECEITAS	DESPESAS	SALDO
	R\$	R\$	R\$
2005	9.009.376,71	10.401.421,41	-1.392.044,7
2006	12.940.716,63	13.437.061,56	-496.344,93
2007	12.681.940,44	11.520.319,24	+ 1.161.621,20
2008	13.874.605,90	14.008.289,03	-133.683,13
2009	15.303.454,94	15.517.823,48	-214.368,59

\* Fonte dos dados – APUB. Balanço / Setor Financeiro



*O saldo positivo das receitas x despesas e o crescimento das reservas na nossa gestão mostram que a professora Elizabeth escreveu uma grande inverdade. Desrespeitando os dados e a verdade, transformou um milhão de saldo em 'acúmulo de dívidas'.*

As reservas financeiras (vide quadro) que, quando assumimos, eram de R\$ 627.391,00, passaram, em 2008, quando encerramos nosso mandato, para R\$ 906.330,00 – um aumento de 44%.

ANO	VALOR (R\$)
2005	541.337
2006	627.391
2007	748.330
2008	906.330
2009	1050.000

Fonte dos Dados – APUB. Balanço / Setor Financeiro

As dívidas, pagas e roladas dentro do prazo de mercado, continuaram, como é possível conferir no quadro abaixo.

Mas o saldo positivo das receitas x despesas e o crescimento das reservas na nossa gestão mostram que a professora Elizabeth escreveu uma grande inverdade. Desrespeitando os dados e a verdade, transformou um milhão de saldo em “acúmulo de dívidas”.

#### APUB-SAÚDE RELAÇÃO DAS DIVIDAS COM RECEITAS E RESERVAS 2005-2009

ANO	VALORES EM R\$			PERCENTUAIS	
	RECEITA	DIVIDAS	RESERVAS	DIVIDA / RECEITA	RESERVAS SOBRE DIVIDAS
2005	9.009.377	1.872.055	451.337	20,8	24,1
2006	12.940.717	2.097.464	627.391	16,2	29,9
2007	12.681.940	1.667.452	748.224	13,1	44,9
2008	13.874.606	2.139.039	906.330	15,4	42,4
2009	15.303.455	2.491.784	1.050.000	16,3	42,1

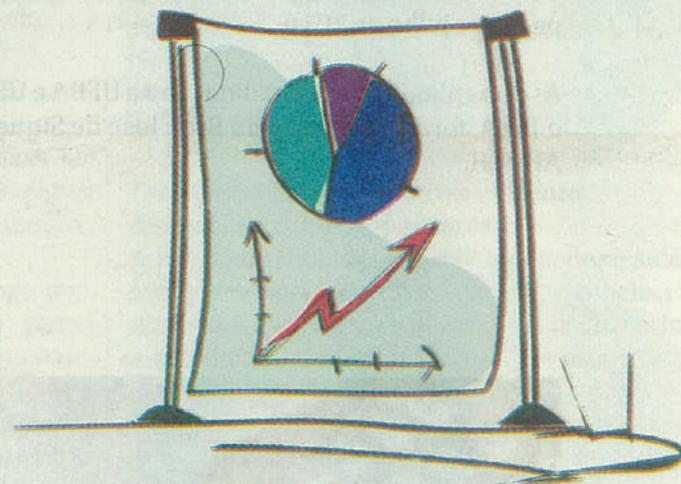
Fonte dos Dados – APUB. Balanço / Setor Financeiro

Os dados financeiros estavam disponíveis e foram, inclusive, apresentados pelo professor Paulo Henrique Almeida que, nas duas gestões, supervisionou o desempenho financeiro do Plano, em várias Assembleias - inclusive uma, realizada na gestão do prof. Israel, na qual a articulista estava presente. Como entender a acusação falsa da professora Elisabeth de que nossa gestão não enfrentou os problemas e acumulou dívidas? Tentativa de responsabilizar a gestão anterior por problemas que a atual teve dificuldades de enfrentar? Incapacidade de perceber, objetivamente, as coisas e “construção” de uma versão, desprezando os fatos? Indisposição pessoal ou posição política contra a nossa gestão?

#### Troca de datas

No texto, a indigitada autora afirma que a gestão atual aprovou um rateio que vinha diminuindo a dívida, “quando a ANS chegou à APUB (09/11/2009) e desequilibrou, totalmente, o Plano”. Esquece que o rateio foi aprovado depois, quando a Direção Fiscal já estava instalada no Plano, em Assembleia realizada em 10 de dezembro de 2009 (10/12/2009), um mês depois da implantação da Direção Fiscal e sob o impacto da sua presença na APUB. Nesta Assembleia, dissemos que a situação do Plano era administrável, que o déficit previsto para 2009 seria de cerca de 2%, que existiam alternativas para enfrentar os problemas, como os professores sempre fizeram. A Assembleia aprovou proposta da diretoria de taxa extra, equivalente ao ressarcimento que o governo deveria fazer aos usuários de Planos de Saúde. Acreditava-se que este ressarcimento seria automático o que não foi, exatamente, o que aconteceu.

A dimensão da taxa representou a opção por uma solução rápida e não gradativa para o pagamento de todo o passivo. E um grande sacrifício para os associados que pode ser justificado pela manutenção do Plano e da qualidade dos seus serviços.



Atendo-nos ao direito de resposta, não faremos, neste espaço, a análise do inteiro teor do artigo da indigitada articulista. Em outro espaço ou texto opinativo poderemos falar sobre a análise que faz da situação do APUB-SAÚDE, explicitando nossas discordâncias quanto ao conteúdo e forma.

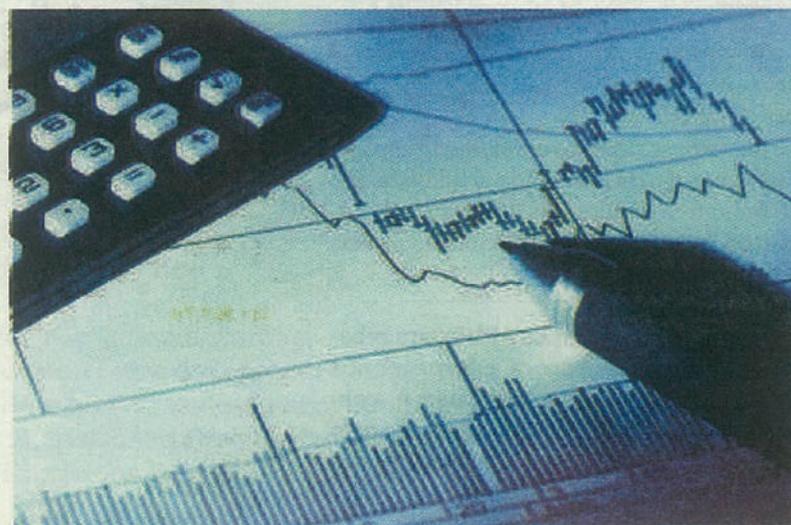
Neste artigo, utilizamos, apenas, os dados da APUB para rebater as afirmações inverídicas da professora, e fornecer aos colegas dados confiáveis. Para nós, coragem não é, com palavras, tentar inverter a verdade dos fatos, mas, com objetividade, enfrentar os desafios que a realidade nos coloca.

# Nova tabela salarial para os docentes da UFBA, UFRB e IFBA

Em julho deste ano, os docentes terão uma nova tabela salarial, baseada na lei 11.784/08, que já nos concedeu à categoria correções salariais, diferenciadas entre os vários níveis da carreira, em 2008 e 2009, e equiparou os salários dos aposentados aos docentes da ativa. Essa lei é fruto do acordo que o Proifes e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) negociaram e assinaram com o governo. Vide tabelas ao lado para o Ensino Superior - ativos e aposentados. Para consultar a tabela EBTB acesse: [www.apufsc.ufsc.br/media/arquivos/09.08.17\\_PropostaCarreiraPROIFES.pdf](http://www.apufsc.ufsc.br/media/arquivos/09.08.17_PropostaCarreiraPROIFES.pdf)

Os docentes da UFBA, da UFRB ou do IFBA também podem calcular o valor do reajuste, baixando a planilha EXCEL, na página principal do site da APUB - [www.apub.org.br](http://www.apub.org.br) -, colocando os seus dados na planilha elaborada pela APUBH, de Minas Gerais. Assim, o professor saberá qual a correção do seu salário a partir de julho de 2010.

As duas planilhas, uma válida para a UFBA e UFRB, e a outra para o IFBA, foram cedidas pelo Prof. José de Siqueira, Presidente da APUBH.



## ENSINO SUPERIOR - ATIVOS E APOSENTADOS D.E.

CLASSE	NÍVEL	GRAD.	APERF.	ESPEC.	MEST.	DOUT
TITULAR ASSOCIADO	U	4.786,62	5.221,96	5.580,63	7.654,33	11.746,29
	4				7.235,20	11.424,45
	3				6.852,44	11.072,44
	2				6.470,88	10.877,97
	1				6.227,87	10.703,55
ADJUNTO	4	3.662,97	3.945,91	4.180,44	5.793,14	7.913,30
	3	3.578,80	3.853,44	4.082,61	5.623,72	7.714,90
	2	3.496,76	3.764,71	3.987,27	5.481,13	7.521,73
ASSISTENTE	1	3.416,79	3.678,24	3.984,34	5.341,47	7.333,67
	4	3.275,82	3.525,01	3.730,17	4.985,00	
	3	3.201,62	3.444,85	3.643,99	4.874,54	
AUXILIAR	2	3.129,27	3.366,72	3.561,37	4.759,71	
	1	3.058,69	3.290,53	3.480,81	4.651,59	
	4	2.935,45	3.156,70	3.338,75		
	3	2.869,86	3.085,98	3.264,02		
	2	2.807,26	3.016,99	3.191,15		
	1	2.746,20	2.949,68	3.120,08		

### 20horas

CLASSE	NÍVEL	GRAD.	APERF.	ESPEC.	MEST.	DOUT
TITULAR ASSOCIADO	U	2.082,28	2.243,06	2.422,70	2.804,94	3.482,77
	4					3.272,40
	3					3.154,18
	2					3.044,56
	1					3.016,58
ADJUNTO	4	1.883,21	2.038,84	2.078,52	2.347,92	2.742,40
	3	1.852,18	2.000,66	2.038,05	2.302,71	2.688,03
	2	1.821,83	1.963,29	1.998,48	2.258,54	2.634,95
ASSISTENTE	1	1.727,37	1.797,04	1.894,96	2.150,52	2.518,30
	4	1.692,35	1.752,38	1.846,78	2.093,91	
	3	1.670,69	1.729,60	1.816,42	2.059,45	
AUXILIAR	2	1.649,63	1.707,42	1.786,80	2.025,84	
	1	1.629,15	1.685,82	1.757,87	1.993,04	
	4	1.591,49	1.647,04	1.712,43		
	3	1.572,64	1.627,07	1.689,64		
	2	1.554,30	1.607,61	1.667,49		
	1	1.530,18	1.582,37	1.639,61		

### 40horas

CLASSE	NÍVEL	GRAD.	APERF.	ESPEC.	MEST.	DOUT
TITULAR ASSOCIADO	U	3.119,9	3.288,71	3.572,19	4.396,30	5.691,30
	4					5.275,12
	3					5.189,48
	2					5.121,62
	1					5.115,16
ADJUNTO	4	2.743,94	2.845,51	3.098,79	3.604,54	4.712,10
	3	2.390,45	2.688,76	3.029,06	3.512,10	4.589,60
	2	2.635,04	2.732,22	2.960,99	3.364,91	4.477,18
ASSISTENTE	1	2.517,89	2.612,98	2.829,83	3.288,27	4.300,00
	4	2.310,15	2.519,70	2.721,48	3.179,97	
	3	2.349,72	2.471,53	2.645,81	3.123,78	
AUXILIAR	2	2.424,62	2.424,62	2.567,78	3.069,05	
	1	2.432,38	2.378,90	2.478,17	3.015,69	
	4	2.236,22	2.299,00	2.391,77		
	3	2.199,91	2.258,05	2.348,64		
	2	2.164,62	2.221,93	2.306,65		
	1	2.117,76	2.174,24	2.253,21		

## Demonstrativos financeiros - abril 2010

### CENTRO DE CUSTO: SINDICATO

<b>RECEITAS</b>	<b>140.354,91</b>
Cobrança - mensalidade	140.354,91
	-
<b>ENCARGOS SOBRE RECEITAS</b>	<b>20.489,19</b>
PROIFES - Repasse março/2010	20.489,19
Repsse à CUT	-
	-
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>119.865,72</b>
	-
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>34.243,04</b>
Remuneração	17.671,75
Encargos	8.674,40
Benefícios	7.896,89
	-
<b>DESPESAS COM VIAGEM</b>	<b>6.175,29</b>
Passagens	4.725,47
Hospedagens	930,00
Transporte e alimentação	519,82
	-
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	<b>7.839,57</b>
Comunicação e publicações	2,75
Reprodução de documentos	175,12
Promoção de eventos	65,00
Assessoria Contábil	704,50
Segurança	1.267,20
Assinatura de Jornal	69,50
Assessoria Jurídica	5.555,50
	-
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>14.338,77</b>
Manutenção do Imóvel e equipamentos	938,01
Postagem de correspondências	5.679,30
Manutenção do automóvel e transporte	3.402,82
Lanches e refeições	582,77
Telefone	2.882,75
Material de escritório e limpeza	618,87
Despesas bancária	234,25
	-
<b>PERMANENTE</b>	<b>34.774,00</b>
Móveis e utensílios	2.804,00
Doações	2.200,00
Consulta - Eleição de Reitor	4.070,00
Empréstimo bloqueio ANS	25.700,00
	-
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>97.370,67</b>
	-
<b>RESULTADO DO MÊS</b>	<b>22.495,05</b>
	-
<b>RESERVAS</b>	<b>1.024.308,98</b>
APLICAÇÃO CURTO PRAZO	457.762,53
POUPANÇA	566.546,45

### CENTRO DE CUSTO: PLANO DE SAÚDE

<b>RECEITAS</b>	<b>1.508.884,93</b>
Cobrança - convênio	1.322.624,45
Cobrança - boleto	186.260,48
Contribuição de Patrocinador - UFBA	-
	-
<b>ENCARGOS SOBRE RECEITAS</b>	<b>3.131,00</b>
Tarifas de cobranças	3.131,00
	-
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>1.505.753,93</b>
	-
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>53.594,33</b>
Remuneração	33.219,10
Encargos	16.821,55
Benefícios	3.553,68
	-
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>653.159,66</b>
Clínicas	298.450,58
Hospitais	249.135,98
Tributos	1.309,59
Home Care e Material	50.849,17
Odonto System	8.235,58
Reembolso	1.155,98
ANS E CREMEB	8.249,79
Caberj	2.866,29
Vitalmed	26.263,26
Auditoria Médica	6.643,44
UNIDAS	-
	-
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>15.391,77</b>
Móveis, equipamentos e utensílios	449,00
Postagem de correspondências	241,05
Telefone	1.591,15
Material de escritório e limpeza	1.291,47
Despesas bancária	727,28
Assessoria Jurídica	4.178,13
CTS	872,66
Metrofile	469,68
Assessoria Contábil	930,00
Manutenção de sistemas	4.471,13
Despesas diversas (fundo fixo)	170,22
	-
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>722.145,76</b>
	-
<b>RESULTADO DO MÊS</b>	<b>783.608,17</b>
	-
<b>DÉBITOS COM PRESTADORES</b>	<b>432.667,78</b>
	-
<b>RESERVAS</b>	<b>2.209.480,61</b>
ATIVOS GARANTIDORES ANS	1.096.083,45
APLICAÇÃO CURTO PRAZO	1.112.990,94
POUPANÇA	406,22

## APUB Saúde dispensa autorização para exames preventivos

A liberação de guias e o atendimento da perícia médica para autorização de exames serão feitos às segundas, quartas e sextas-feiras, das 8 às 12h, e destinam-se apenas para liberação de exames e de procedimentos eletivos, que deverão ser solicitados com antecedência mínima de 72 horas da execução dos mesmos. Assim, os usuários não necessitarão mais de autorização para exames preventivos e laboratoriais. A licença administrativa, quando solicitada, deverá ser via FAX. Outras informações: APUB Saúde (71) 2103-9200



### Solenidade de posse da Reitora e do diretor do IFBA

No último dia 28 de maio, em solenidade de conagração, a Magnífica Reitora, Aurina Oliveira Santana, tomou posse no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), juntamente com o Diretor Geral do Campus de Salvador, Albertino Ferreira Nascimento Júnior. Bastante concorrido, o evento contou com a presença do Presidente da APUB, professor Israel Pinheiro, além da diretora, Eloísa Pinto e da secretária da APUB Vera Guedes.

### Comunidade da UFBA escolhe reitora

A Comissão Especial entregou ao Colégio Eleitoral da UFBA, no dia 11 de maio, o resultado da consulta à comunidade para Reitoria, no quadriênio 2010-2014. A escolha da professora Dora Leal Rosa, como Reitora e Luiz Rogério Bastos Leal, para Vice-Reitor, recebeu aprovação das três categorias que compõem a UFBA: alunos, professores e técnico-administrativos. Em 17 de maio, o Colégio Eleitoral desta Universidade definiu os nomes a serem encaminhados ao Ministério da Educação (MEC), que nomeará os próximos Reitor e Vice-Reitor da UFBA. A posse deverá ser no dia 1º de agosto próximo.



Representantes da APUB e da ASSUFBA entregam os resultados da consulta à comunidade da UFBA.

## Plebiscitos decidem desfiliação ao Andes

### I. ADUFC

A Associação de Docentes da Universidade Federal do Ceará (ADUFC) desvinculou-se da Andes desde a última quinzena de abril. No plebiscito, que contou com a participação de 1.155 docentes, 644 (67,03%) disseram sim à desfiliação, contra 366 votos (32,97%). Sobre a filiação ao Proifes, 751 professores aprovaram e 344 foram contrários. Com esses resultados, os sindicatos locais já podem instituir a Federação dos Sindicatos das IFES, conforme aprovado no 5º Encontro do Proifes, em 2009.



### II. ADURN

Com a participação de mais de 55% dos sindicalizados, que totalizou 1.228 docentes, a diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ADURN) realizou, nos dias 28 e 29 de abril, o plebiscito que aprovou a desfiliação da entidade da Andes. "O Andes perdeu o foco inicial e hoje privilegia pautas de confronto geral com o governo. Quando é preciso lutar por questões específicas do ensino superior, ficamos praticamente sem representação", definiu o presidente da ADURN, João Bosco da Costa. O resultado das urnas foi de 640 professores favoráveis à desfiliação e 430 contra. Quanto à associação da ADURN ao Proifes, 617 docentes responderam sim, e 375 foram contrários.

